

MENSAGEM Nº 499

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Os méritos do Senhor **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de setembro de 2020.

EM nº 00111/2020 MRE

Brasília, 28 de Julho de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 520/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 03 de setembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Irã.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 03/09/2020, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2097518** e o código CRC **ABBB146D** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO

CPF.: 627.606.027-53

ID.: 8278 MRE

1960 Filho de Laudemar Gonçalves de Aguiar Junior e Cléia Pimentel de Aguiar, nasce em 26 de junho, em Niterói/RJ

Dados Acadêmicos:

1991 CAD - IRBr

2005 CAE - IRBr: O Sistema de Conferências Ibero-americanas – histórico, perspectivas e participação do Brasil

Cargos:

1982 CPCD - IRBr

1983 Terceiro-secretário

1987 Segundo-secretário

1994 Primeiro-secretário, por merecimento

2001 Conselheiro, por merecimento

2005 Ministro de segunda classe, por merecimento

2015 Ministro de primeira classe

Funções:

1984-86 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente

1986-89 Embaixada em Moscou, terceiro e segundo-secretário

1989-91 Embaixada em Madri, segundo-secretário

1991-93 Departamento de Política Tecnológica, Financeira e de Desenvolvimento, assessor

1993-94 Departamento de Organismos Internacionais, assessor

1994-95 Divisão de Organismos Internacionais, chefe, Substituto

1995-98 Embaixada em Paris, primeiro-secretário

1998-01 Embaixada em Montevidéu, primeiro-Secretário

2001 Secretaria-Geral, adjunto do Gabinete

2001-03 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, chefe de gabinete

2003-08 Embaixada em Londres, conselheiro e ministro-conselheiro

2008-11 Embaixada em Paris, ministro-conselheiro

2011-13 Comitê Nacional da Rio+20 (CNORIO20)

2013-17 Prefeitura do Rio de Janeiro, Coordenador de Relações Internacionais do Gabinete do Prefeito

2017- Embaixada em Paramaribo, embaixador

Condecorações:

1991 Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro

2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

2010 Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial

2010 Medalha Mérito Santos Dumont

2013 Ordem do Mérito Militar, Comendador

2014 Ordem de Leopoldo, Bélgica, Oficial

2019 Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS NO ORIENTE MÉDIO,
EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE MÉDIO II**

IRÃ



**MAÇO INFORMATIVO
Maio de 2020**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República Islâmica do Irã
CAPITAL:	Teerã
ÁREA:	1.648.000 km ²
POPULAÇÃO:	84 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Farsi (persa)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã xiita (89%); islã sunita (9%); baha'ismo (0,5%); cristianismo (0,17%); zoroastrismo (0,07%); judaísmo (0,04%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Consultiva Islâmica Unicameral (Majlis)
CHEFE DE ESTADO:	Líder Supremo Aiatolá Ali-Hosseini Khamenei (desde 1989)
CHEFE DE GOVERNO:	Presidente Hassan Rouhani (desde 2013)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Mohammad Javad Zarif (desde 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL	US\$ 458,5 bilhões

(2019):	
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 1,47 trilhão
PIB PER CAPITA (2019):	US\$ 5,506
PIB PPP PER CAPITA (2019):	US\$ 17,662
VARIAÇÃO DO PIB:	-3,61% (2019), -1,48% (2018); 4,3% (2017); 13,4% (2016); -1,3% (2015); 4,3% (2014); -1,9% (2013)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO — IDH (2018):	0,798 (60 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	76,2 anos
ALFABETIZAÇÃO (2016):	84,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2018):	14,28 %
UNIDADE MONETÁRIA:	Rial iraniano
EMBAIXADOR DO BRASIL EM TEERÃ:	Embaixador Rodrigo Azeredo dos Santos (desde janeiro de 2017)
EMBAIXADOR DO IRÃ EM BRASÍLIA:	Embaixador Houssein Gharibi (desde março de 2020)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 180

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-IRÃ US\$ milhões (fonte: MDIC)

Brasil → Irã	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	883	971	1.849	1.237	2.367	1.618	1.669	2.311	2.600	2.298	2.326
Exportações	869	968	1.838	1.218	2.332	1.609	1.666	2.232	2.559	2.258	2.210
Importações	13	3	11	19	35	9	3	79	41	40	116
Saldo	855	965	1.827	1.199	2.297	1.601	1.663	2.153	2.518	2.218	2.094

APRESENTAÇÃO

O Irã tem fronteiras, ao norte, com Armênia, Azerbaijão e Turcomenistão; a leste, com Afeganistão e Paquistão; e a oeste, com Iraque e Turquia. São, portanto, sete vizinhos imediatos, sem contar aqueles que dividem com a nação iraniana o espaço do Mar Cáspio e do Golfo.

Orgulhoso de sua rica história milenar, incluindo a formação de, ao menos, quatro grandes impérios (Aquemênida, Parto, Sassânida e Safávida), o Irã vê-se como herdeiro e representante da sofisticada civilização persa, bem como o principal expoente do islã xiita.

O país tem 35% de sua população composta por minorias étnicas (curdos, azeris, árabes e balúchis, entre outros), relativamente bem integradas na sociedade. A Constituição do Irã reconhece como minorias religiosas os judeus, os cristãos e os zoroastras, aos quais é concedida ampla liberdade de culto. O idioma nacional é o farsi, herdado de seu passado persa, mas escrito em caracteres árabes, fruto da islamização do país há quatorze séculos.

O território atualmente ocupado pelo Irã é habitado desde os tempos pré-históricos. Em 1.500 a.C, aproximadamente, fixaram-se no planalto iraniano vários tribos arianas de origem indo-europeia, provenientes da Ásia Central, entre as quais se destacavam os medos e os persas.

Em 555 a.C., Ciro, deu início à insurreição contra o rei dos medos, vencendo-o e reunindo sob sua soberania a Pérsia e a Média. O conquistador persa foi o primeiro rei aquemênida e adotou ambiciosa política expansionista. Como resultado dessas conquistas, os aquemênidas passaram a dominar vasta área, que ia do Vale do Indo ao Mar Negro, incluindo a Palestina e o Egito. Tratou-se do maior império da época.

Alexandre, o Grande, conquistou a Pérsia, em 331 a.C., acrescentando-a a seu vasto império. Após sua morte, o território persa foi dividido entre seus generais. Essa partilha, que envolveu disputas e litígios, enfraqueceu progressivamente a Pérsia, deixando-a vulnerável e preparando terreno para invasões que ocorreriam mais tarde, inclusive romanas. Nascia, assim, o Império Sassânida, terceira grande dinastia iraniana, considerada a “era de ouro” dos persas, uma vez que o período teve papel determinante na consolidação da identidade nacional.

Os sassânicas falavam o idioma pahlavi, ancestral do farsi moderno, e promoveram um modelo de governo baseado no zoroastrismo, uma das mais antigas religiões monoteístas da humanidade. Os imperadores sassânicas fizeram uso de seu poder absoluto para criar uma hierarquia clerical a serviço do Estado, em um modelo bastante semelhante ao adotado pela atual República Islâmica.

A conquista da Pérsia por árabes muçulmanos, entre 641 e 651, levaria à sua integração, como província, ao califado Omíada, com sede em Damasco, e, a partir de 750, ao califado Abássida, com sede em Bagdá. Apesar da dominação árabe, houve frutífero intercâmbio entre as duas culturas. No século X, registrou-se, inclusive, renascimento da literatura persa, especialmente poesia. Nessa época, surgiu a escrita farsi, misto de letras e gramática árabes, com resquícios consistentes do milenar idioma pahlavi.

Entre os séculos XV e XVIII, a Pérsia passou a ser dominada pelos safávidas. O fundador dessa dinastia, Ismail I, adotou o título de Xá (1501), iniciando a reunificação dos pequenos Estados persas. Os safávidas proclamaram o islã xiita como a religião oficial e, através do proselitismo e da força, converteram a população a essa confissão religiosa.

Ao longo do século XVIII, diversas dinastias dominaram a Pérsia, terminando pelo estabelecimento da dinastia Qajar, que permaneceria no poder até 1925. A modernização do Irã, iniciado pelo qajares, levou à criação de escolas, à abertura de estradas, à introdução do telégrafo e do sistema postal. Para executar esses projetos, entretanto, o país tomou empréstimos vultosos no exterior e vendeu a concessão de serviços essenciais a potências estrangeiras, o que arruinou as finanças nacionais. A situação financeira do país viu-se agravada pelo estilo de vida da corte, baseado na ostentação e no luxo exacerbado.

A aparente corrupção da dinastia Qajar e submissão à exploração de potências estrangeiras levou a população às ruas, o que culminou na Revolução Constitucional (1905-1911). A Revolução Constitucional levou ao estabelecimento de um parlamento (Majlis) na Pérsia e promoveu a elaboração de uma constituição (1906) que limitava os poderes do soberano.

Em 1925, tem início da dinastia Pahlavi (1925-1979), através da ascensão do general Reza Pahlavi ao trono. O novo líder, autoritário e centralizador, solicitou formalmente à comunidade internacional, representada à época pela Liga das Nações, que o nome do país passasse a ser Irã (“terra dos arianos”). Durante o governo de Reza Pahlavi, foi criado o primeiro exército nacional iraniano.

A afinidade ideológica de Reza Pahlavi com a Alemanha Nazista durante a II Guerra Mundial fez com que o Reino Unido e a União Soviética invadissem o Irã em 1941, com o objetivo de assegurar o acesso aos recursos petrolíferos locais. Os então aliados forçaram o xá a abdicar em favor de seu filho, Mohammad Reza Pahlavi (“o último xá”), que era visto como um governante que lhes seria mais favorável.

No final dos anos 40, o movimento nacionalista ganha força entre a população e no parlamento iraniano, que começam a exigir uma divisão mais igualitária dos lucros da extração do petróleo nacional. O político Mohammad Mosaddegh se destaca nesse período. Jurista, escritor e parlamentar, Mosaddegh se torna Primeiro Ministro em 1951.

Um dos eventos mais emblemáticos da história moderna do Irã se dá quando, em 1951, o movimento liderado por Mohammad Mosaddegh nacionaliza a indústria do petróleo. Incapazes de negociar uma solução de compromisso, o governo britânico embarca em uma guerra comercial contra o Irã, impondo sanções e boicotes internacionais ao país. Incapazes de derrubar Mosaddegh, o Reino Unido pede apoio aos EUA, que patrocinam, em 1953, o primeiro golpe de Estado em país estrangeiro por meio da CIA (Central Intelligence Agency). O golpe remove Mosaddegh do poder (Operação Ajax).

Em 1963, o xá lançou um programa de reformas e modernização no país que ficou conhecido como Revolução Branca. O clérigo Khomeini, então exilado, e outros teólogos islâmicos denunciaram essas reformas como uma “ocidentalização” do Irã por um líder despótico, especialmente no que se referia aos direitos concedidos às mulheres iranianas, como o direito a ocuparem cargos públicos e políticos e a trabalharem como juízas de direito. O reinado do xá torna-se progressivamente ditatorial.

Em 1979, o aiatolá Ruhollah Khomeini retorna a Teerã, após 14 anos no exílio, para dar início à Revolução Islâmica. Apoiada, na sua fase inicial, pela maioria da população e por diferentes facções ideológicas, a revolução provocou a fuga do xá Mohammad Reza Pahlavi para os EUA e a instalação do aiatolá Khomeini como líder supremo do país. Estabeleceu-se, em seguida, uma república islâmica, com leis conservadoras inspiradas na xaria, o rígido código legal e moral do Islã, sob controle do clero xiita ortodoxo. Os governos iranianos pós-revolucionários passaram a criticar abertamente o ocidente e os EUA. Qualquer oposição interna ao regime conservador dos aiatolás passou a ser duramente reprimida, o que causou desilusão em parcelas da população inicialmente engajadas nessa nova alternativa política, sobretudo a intelectualidade.

O regime de Teerã passou a apoiar grupos militantes antioccidente, com base no conceito de “exportação da revolução”. Entre 1980 e 1988, o Irã e o Iraque enfrentaram-se em guerra desgastante e cruel provocada pelos iraquianos, decididos a combater a expansão da revolução e convencidos de que a República islâmica estava vulnerável. Bagdá contou com apoio occidental.

No plano interno, as crescentes diferenças entre o estamento clerical ortodoxo e as facções ideológicas de vanguarda, que inicialmente apoiaram a revolução islâmica, deram origem ao atual embate entre reformistas e conservadores, que passaram a se enfrentar na esfera política, sobretudo após a morte do aiatolá Khomeini, em 1989.

PERFIS BIOGRÁFICOS

AIATOLÁ ALI-HOSEINI KHAMENEI LÍDER SUPREMO



Nascido em Mashhad, em 1939. Em 1957, ingressou no seminário islâmico de Najaf (Iraque). De 1958 a 1964, cursou jurisprudência e filosofia no seminário islâmico da cidade iraniana de Qom, principal centro de estudos religiosos do xiismo persa, e teve como professor e mentor intelectual o Aiatolá Ruhollah Khomeini, futuro líder da Revolução Islâmica de 1979. Em 1962, Khamenei juntou-se ao Movimento Islâmico de Khomeini, que se opunha às políticas pró-americanas e ocidentalizantes do Xá Mohammad Reza Pahlavi.

Khamenei tornou-se, por decreto de Khomeini, membro do Conselho Revolucionário Islâmico, composto por importantes personalidades, entre elas Shahid (“mártir”) Mottahari, Shahid Beheshti e Hashemi Rafsanjani. Após a Revolução Islâmica, foi Vice-Ministro da Defesa e supervisor da Guarda Revolucionária Islâmica por breve período.

Ocupou os cargos de deputado eleito pelo distrito de Teerã (1980); representante de Khomeini no Conselho Supremo de Segurança Nacional (1981); presidente eleito da República Islâmica e Presidente do Departamento Cultural do Conselho Supremo da Revolução (1982); presidente do Conselho de Discernimento (1988); chefe do Comitê de Revisão Constitucional (1989); e Líder Supremo da República Islâmica do Irã, por escolha da Assembleia dos Sábios, após a morte do Aiatolá Khomeini (1989).

HASSAN ROUHANI
PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Nascido em 1948, na vila de Sorkheh, província de Semnan. Político da ala reformista, formou-se em direito pela Universidade de Teerã (1972). É mestre (1995) e doutor (1999) em direito pela Universidade Caledoniana de Glasgow. Detém o título de "hojatoleslam" ("autoridade no islã", título imediatamente inferior ao de aiatolá – "sinal de Deus") e é um "mujtahid" (estudioso do islã capaz de interpretar a sharia). Participou de manifestações contra o xá e, por volta de 1978, juntou-se ao grupo de Khomeini, em Paris.

Após a Revolução Islâmica, foi eleito para o Parlamento (1980-84) e reeleito quatro vezes (1984-2000). Em seus últimos dois mandatos, foi vice-presidente do Parlamento. Na sequência da ascensão de Ali Khamenei ao cargo de líder supremo (1989), passou a integrar o Conselho Supremo de Segurança Nacional (CSSN), como secretário e representante do líder, cargo ao qual renunciou em 2005, após a eleição de Mahmoud Ahmadinejad. Na condição de secretário do CSSN, esteve por mais de uma década e meia incumbido da formulação da política nuclear iraniana, e entre outubro de 2003 e agosto de 2005 ocupou o posto de alto negociador para o dossiê nuclear.

Em 1991, foi nomeado para o Conselho de Discernimento. Desde 1992, preside o Centro de Pesquisas Estratégicas, "think-tank" subordinado ao Conselho de Discernimento, que realiza estudos sobre política externa, relações internacionais, economia e cultura. É membro da Assembleia dos Sábios desde 2000 (foi reeleito em 2006 e em 2016). A Assembleia é formada por 88 "mujtahids", cuja função é avaliar o desempenho do líder supremo e, em caso de falta, escolher seu substituto.

Elegeu-se presidente do Irã em 14 de junho de 2013 e obteve a reeleição em 19 de maio de 2017. Mesmo em acirrada disputa com o campo conservador, venceu ambos os pleitos no primeiro turno.

MOHAMMAD JAVAD ZARIF
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



Nascido em 1960, em Teerã. Graduou-se em Relações Internacionais na Universidade Estadual de São Francisco, tendo vivido durante muitos anos nos Estados Unidos. Concluiu Doutorado em Direito Internacional e Política pela Universidade de Denver. Foi professor de direito internacional na Universidade de Teerã e é autor de diversos artigos sobre desarmamento, direitos humanos, direito internacional e conflitos regionais.

Foi Representante Permanente Alterno de seu país junto à ONU, entre 1989 e 1992, e, entre 1992 e 2000, ocupou o cargo de Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros para Assuntos Jurídicos e Internacionais. Em 2000, atuou como Presidente da Reunião Preparatória Asiática para a Conferência Mundial sobre o Racismo e também como Presidente da Comissão das Nações Unidas para o Desarmamento. De 2002 a 2007, foi Representante Permanente junto à ONU.

É considerado experiente negociador. Foi Vice-Presidente da Universidade Islâmica Azad (2010-2012) e, até sua nomeação como Chanceler, em agosto de 2013, lecionava na Escola de Relações Internacionais de Teerã.

ESMAIL QAANI

COMANDANTE DA

FORÇA QUDS



Nascido em 1957, na cidade sagrada de Mashhad, onde fica o túmulo do oitavo imã (Ali al-Reza). Em 1980, Qaani ingressou na Guarda Revolucionária Islâmica do Irã e foi enviado ao Curdistão iraniano para reprimir um movimento pela autonomia curda. Na década de 1980, serviu, ainda, na guerra Irã-Iraque (1980-1988), comandando as divisões Nasr-5 e Imã Reza-21, ambas da Guarda Revolucionária.

Após a guerra Irã-Iraque, Qaani ingressou na Força Quds (unidade da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã especializada em operações e inteligência militar no exterior), considerada de elite, e foi enviado para a província de Khorasan, perto da fronteira com o Afeganistão e o Turcomenistão. Qaani serviu, ademais, na área de inteligência da Guarda Revolucionária (não está claro durante qual período), onde provavelmente pôde familiarizar-se com o tema de segurança cibernética.

Em 1997, ao mesmo tempo em que Qasem Soleimani foi nomeado comandante da Força Quds, Qaani foi nomeado seu vice, o que reforça a declarada intenção do Irã de manter inalterada sua estratégia militar extraterritorial. Qaani não é figura de aparição frequente na imprensa iraniana. As poucas citações conhecidas centram-se, majoritariamente, em ataques retóricos aos Estados Unidos e em críticas à atuação norte-americana no Oriente Médio.

Tornou-se comandante da Força Quds após a morte de Qasem Soleimani, em janeiro de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

As **relações diplomáticas** entre o Brasil e o Irã foram estabelecidas em 1903. Os primeiros acordos de cooperação cultural foram assinados na década de 1950 e o Irã foi um dos primeiros países a instalar embaixada em Brasília (1960).

Em 1965, o xá Reza Pahlavi esteve no Brasil, na primeira visita de chefe de Estado iraniano ao país. As **visitas** de mais alto nível mais recentes foram então do Presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad a Brasília, em 2009, e do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Teerã, em 2010.

Em abril de 2018, o Chanceler iraniano, Mohammad Javad Zarif, realizou visita oficial a Brasília, onde avistou-se com o então Ministro das Relações Exteriores, fez visita de cortesia ao então Presidente da República e proferiu palestra no Instituto Rio Branco. Zarif também discursou na abertura de Seminário sobre as relações econômico-comerciais entre Brasil e Irã, na Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O **mecanismo bilateral de Consultas Políticas** reuniu-se pela primeira vez em 2000. A última reunião teve lugar em Teerã, em abril de 2016, após hiato de quase 5 anos.

O **comércio bilateral** é acentuadamente assimétrico em favor do Brasil. Em 2019, o fluxo do comércio foi de US\$ 2,326 bilhões: as exportações totalizaram US\$ 2,210 bilhões; as importações, US\$ 116 milhões; e o saldo positivo para o Brasil foi de US\$ 2,094 bilhões. Tradicionalmente, o país persa é responsável por um dos maiores superávits comerciais brasileiros, tendo representado, em 2019, o 4º maior saldo positivo do Brasil (US\$ 2,09 bilhões).

O Irã tornou-se, nos últimos anos, o principal comprador de produtos agropecuários brasileiros na região do Oriente Médio, adquirindo sobretudo milho, soja e carne bovina. O Irã é, atualmente, o segundo maior importador de milho (13%), quinto maior importador de soja (2%) e quarto maior importador de carnes bovinas congeladas (4%) do Brasil.

Produtos agrícolas configuram um dos setores em que o governo iraniano busca alcançar autossuficiência nos próximos anos, no âmbito da chamada “economia de resiliência”, que visa a aumentar a produção e a produtividade da economia, tornando o país menos exposto a choques internacionais. O Brasil é hoje importante fonte de alimentos para o país persa.

Após a retirada dos EUA do acordo nuclear com o Irã, em maio de 2018, o governo norte-americano reimpôs sanções contra a República Islâmica, o que incluiu o retorno das sanções secundárias (contra empresas de outros países que mantenham negócios com o Irã em setores sancionados). O regime de sanções não recai sobre commodities agrícolas, alimentos, medicamentos e veículos prontos (mas sim sobre autopeças). Todavia, o Irã encontra dificuldades em obter divisas para pagar suas importações.

Para evitar o risco de incidência de sanções econômicas norte-americanas sobre as demais operações com o Irã (de itens sancionados ou transacionados com entidades ou pessoas sancionadas), é necessário solicitar “*waiver*” ao *Office of Foreign Assets Control* (OFAC) do Departamento do Tesouro dos EUA. A política da administração Trump para o Irã tem sido a de exercer “pressão máxima” contra o país persa, incluindo o objetivo de “zerar” as exportações iranianas de petróleo.

O receio de que pudesse ser afetada por sanções secundárias levou a que a Petrobras se recusasse, em 2019, a abastecer dois navios iranianos que trouxeram ureia ao Brasil e transportariam milho de volta o Irã. O caso chegou até o STF, que, em julho daquele ano, determinou o abastecimento com base no direito brasileiro, expressando ainda o entendimento de que o contrato de fornecimento de

combustível da Petrobras não era com entidade iraniana sancionada, mas com empresa brasileira não incluída na lista de sanções.

Os produtos agropecuários brasileiros exportados para o Irã não estão sujeitos às sanções norte-americanas. A principal dificuldade que empresas brasileiras enfrentam no comércio com aquele país diz respeito à realização de transferências bancárias. Grandes empresas e bancos comerciais brasileiros, apesar de seu interesse no mercado iraniano, movimentam-se com cautela, motivados, sobretudo, pelo temor das sanções norte-americanas.

A maior parte dos muitos bancos estrangeiros que operam transações financeiras com o Irã adota medidas de "compliance" específicas e/ou trabalha apenas com bens humanitários (alimentos e remédios).

Em anos anteriores, o interesse mútuo na adoção de medidas de facilitação do comércio bilateral levou à assinatura, em novembro de 2016, de um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimento. Diálogo para a negociação de um acordo de cooperação e facilitação de investimentos havia sido iniciado em janeiro daquele ano, mas não pôde então prosperar, já que o Irã tradicionalmente celebra acordos de investimento bilateral nos moldes da OCDE (com 53 países), modelo que contém cláusulas inaceitáveis ao Brasil frente a dispositivos constitucionais.

Após vários anos sem ser convocada, a Comissão Econômico-Comercial retomaria atividades em Brasília, em novembro de 2016, por ocasião da visita do então Ministro da Economia e Finanças do Irã, Ali Tayebnia. Foi a 4^a reunião da Comissão, que permitiu delinear o desenvolvimento da agenda bilateral em comércio, investimentos, assuntos financeiros, energia, mineração, agricultura, ciência, tecnologia e inovação.

Durante a 4^a Reunião da Comissão Econômico-Comercial, foi criado um Comitê Consultivo Agrícola (CCA). Em setembro de 2017, realizou-se, em Teerã, reunião preparatória ao CCA, com a participação do então Secretário-Executivo do MAPA, Eumar Novack. Durante a 1^a Reunião do CCA, ocorrida em novembro de 2017, em Brasília, abordaram-se temas sanitários, diversificação do comércio agrícola, cooperação e investimentos mútuos. Desde então, o CCA ainda não voltou a reunir-se.

A cooperação em ciência, tecnologia e inovação com o Irã desenvolve-se sob a égide de Memorando de Entendimento firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e a Vice-Presidência para Ciência e Tecnologia do Irã, em 2009, e renovado, por mais cinco anos, em 2014. O instrumento criou o Grupo de Trabalho de Cooperação em Ciência e Tecnologia, prevendo o aprofundamento do diálogo bilateral em pesquisa agrícola e tecnologia de alimentos; biotecnologia, saúde e ciências médicas; neurociência; TICs; e na área de inovação. A I reunião do GT em C&T ocorreu em abril de 2018, por ocasião da visita ao Brasil do chanceler Zarif, e privilegiou, por interesse de ambas as partes, as discussões sobre a cooperação em nanotecnologia, setor no qual o Irã é reconhecidamente competitivo.

Em 2015, o Conselho Iraniano de Ciência e Tecnologia Cognitiva (CSTC) assinou Memorando de Entendimento com o CNPq e com a FAPESP, a fim de apoiar projetos conjuntos de pesquisa.

Durante a 70^a Assembleia Mundial de Saúde (Genebra, maio de 2017), os Ministros da Saúde brasileiro e iraniano assinaram Memorando de Entendimento para Cooperação em Saúde. Com base nesse instrumento, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil (ANVISA) e a Agência Reguladora de Alimentos e Medicamentos do Irã (IFDA) assinaram, em abril de 2018, memorando de entendimento sobre o intercâmbio de informações relativas à área de regulação de produtos para a saúde. Em outubro de

2017, às margens da Conferência Global sobre Doenças Não Transmissíveis da Organização Mundial da Saúde (OMS), em Montevidéu, foi assinado, ainda, Marco de Ação em Promoção de Saúde e Nutrição.

Durante a visita do chanceler Javad Zarif ao Brasil, em abril de 2018, foram assinados quatro acordos de cooperação jurídica: Tratados de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal; de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil; de Extradução; e de Transferência de Pessoas Condenadas.

Ainda por ocasião da visita de Zarif, assinou-se Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Escola de Relações Internacionais do Irã.

O Irã foi incluído, em 2016, nos Programas brasileiros de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Autoridades iranianas manifestam maior interesse no intercâmbio de estudantes de pós-graduação, mas a exigência de fluência em português tem inviabilizado inscrições de estudantes iranianos.

Teerã concentra 70% da comunidade brasileira no Irã, que totaliza cerca de 180 cidadãos. É composta predominantemente de mulheres brasileiras que se casaram com iranianos em terceiros países, além de cônjuges iranianos que, em alguns casos, adotaram nacionalidade brasileira (sem prejuízo da nacionalidade iraniana), e seus filhos.

Verifica-se também no país, com relativa frequência, a presença de atletas brasileiros, que cumprem contratos de trabalho temporários em clubes locais, mormente jogadores e técnicos de futebol e vôlei.

POLÍTICA INTERNA

A República Islâmica do Irã tem um dos sistemas políticos mais complexos do mundo, dada a multiplicidade e sobreposição de instâncias decisórias. No espectro político local, sobressaem três núcleos de poder – líderes religiosos, Guarda Revolucionária e autoridades civis – com prioridades nem sempre convergentes, moderados pelo Líder Supremo.

A Constituição da República Islâmica do Irã, de 1979, consagrou o princípio da "tutela do jurisconsulto islâmico", que fundamenta a noção de autoridade absoluta do Líder Supremo em assuntos religiosos e políticos. A Constituição incorpora também noções democráticas, prevendo eleições diretas para presidente, parlamentares e membros da Assembleia dos Sábios. A participação popular em eleições no Irã, em contraste com as dinastias reinantes em países vizinhos, é celebrada como sinal de força do modelo político iraniano.

O Líder Supremo (atualmente, o Aiatolá Ali Khamenei) tem atribuições de Chefe de Estado, Chefe dos três Poderes e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas da República Islâmica. É também o responsável pela elaboração das políticas gerais do regime. O Líder Supremo nomeia o Chefe do Poder Judiciário, os membros do Conselho de Discernimento, metade dos membros do Conselho dos Guardiões, os comandantes das Forças Armadas regulares e da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, o comandante da Polícia, os chefes dos Serviços de Inteligência e Contrainteligência, os imãs das mesquitas de todas as capitais provinciais do país e o chefe da Fundação de Mártires e Veteranos (um dos maiores conglomerados econômicos do país), além de empossar o Presidente da República. É ainda o responsável por declarar a guerra e celebrar a paz, determinar a mobilização das Forças Armadas regulares e da Guarda Revolucionária, convocar referendos e formalizar a convocação de eleições presidenciais.

Os líderes religiosos são a força menos objetivamente tangível e, contudo, a mais tradicional do Irã. É tradição histórica no país o recurso aos clérigos como liderança política quando a autoridade secular é questionada. São, reconhecidamente, influência mais conservadora e, por vezes, tendentes a

posturas mais combativas com relação a potências ocidentais e rivais regionais. Os principais centros de poder religioso são as cidades de Qom e Mashhad.

A Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC) é um ramo das forças armadas iranianas, criada após a Revolução Iraniana de 1979 por ordem do aiatolá Ruhollah Khomeini. Enquanto o Exército iraniano defende as fronteiras iranianas e mantém a ordem interna do país, a Guarda Revolucionária se destina a proteger o sistema político da república islâmica e a prevenir interferências estrangeiras. A IRGC é formada por cerca de 125 mil militares, incluindo forças terrestres, aéreas e navais. Suas forças navais são hoje as principais forças encarregadas do controle operacional do Golfo Pérsico. Ela também controla a milícia paramilitar Basij, que tem cerca de 90 mil soldados.

Desde sua origem, a IRGC assumiu um papel significativo em diversos aspectos da sociedade iraniana. O comandante-chefe da IRGC, desde 2019, é Hossein Salami.

O Presidente da República, ao chefiar o Poder Executivo, é responsável por elaborar e executar as políticas públicas e de relações exteriores e defesa, nos limites das diretrizes impostas pelo Líder Supremo. Exerce a chefia do Gabinete de Governo, do Conselho Supremo de Segurança Nacional e do Conselho Supremo da Revolução Cultural.

O Parlamento iraniano (Majlis) é unicameral e composto por 290 deputados. As eleições para o Majlis ocorrem a cada quatro anos e, do total de assentos, cinco representam as minorias (judeus, zoroastras, 2 cristãos armênios e cristãos caldeus). Toda candidatura ao Majlis é submetida ao crivo do Conselho dos Guardiões, órgão com poder de veto. O Majlis possui funções típicas de parlamento de uma democracia participativa – proposição legislativa, voto de confiança aos membros do Gabinete de Governo, impedimento do Presidente, aprovação de acordos internacionais – sujeitas, não obstante, à ratificação ou ao veto do Conselho dos Guardiões.

O Conselho de Guardiões acumula as funções de órgão legislativo, judiciário e eleitoral, sendo composto por seis faqihs (especialistas em jurisprudência islâmica), nomeados pelo Líder Supremo, e seis juristas, nomeados pelo chefe do Poder Judiciário (ele próprio, apontado pelo Líder Supremo), para mandato de seis anos. O órgão ratifica ou veta qualquer projeto de lei aprovado pelo Parlamento, interpreta a Constituição, supervisiona as eleições no país e aprova ou veta candidatos à Presidência da República, à Assembleia dos Sábios e ao Parlamento.

A Assembleia dos Sábios constitui órgão deliberativo formado por 88 sábios, ou especialistas islâmicos, eleitos por voto direto para mandatos de oito anos, a partir de uma lista de candidatos aprovada pelo Conselho de Guardiões. Encarrega-se de eleger, supervisionar e remover, por eventual descumprimento de suas atribuições, o Líder Supremo. Reúne-se a cada seis meses e, desde sua criação, em 1983, jamais questionou publicamente nenhuma decisão dos Líderes Supremos que encabeçaram o regime iraniano, Ruhollah Khomeini (1979-1989) e Ali Khamenei (1989-atualidade).

O Conselho de Discernimento constitui órgão consultivo com a incumbência de assessorar diretamente o Líder Supremo em seu planejamento estratégico, incluindo a definição das grandes linhas de atuação doméstica e a elaboração de diretrizes de política externa da República Islâmica. Também atua como órgão de arbitragem e conciliação em caso de divergência entre o Parlamento e o Conselho de Guardiões. É composto atualmente por 38 membros, apontados pelo Líder Supremo, para mandatos de cinco anos.

O Chefe do Poder Judiciário, nomeado pelo Líder Supremo, indica o presidente da Corte Suprema e o Procurador-Geral. Há diversos tipos de juizados, desde os que julgam casos cíveis e criminais comuns até as cortes revolucionárias, que apreciam crimes contra a segurança nacional e cujas decisões são inapeláveis.

No tocante à conjuntura política recente, o presidente Hassan Rouhani foi eleito, em 2013, com base em uma plataforma que contemplava a recuperação da economia, a promoção do desenvolvimento social e econômico e avanços na questão dos direitos humanos, com o propósito de reabrir caminho para o desenvolvimento do país. Em paralelo, a agenda externa foi voltada para a reinserção do Irã na comunidade internacional mediante o equacionamento do dossier nuclear.

Em seu primeiro governo (2013-2017), Rouhani enfrentou oposição de conservadores, bem posicionados no Majlis, no Judiciário e no establishment religioso. A assinatura do "*Joint Comprehensive Plan of Action*" (JCPOA), acordo que permitiu o levantamento de sanções relacionadas ao programa nuclear iraniano, representou não só vitória da diplomacia de Rouhani, como também alterou o equilíbrio de forças políticas internas. Eleições parlamentares e para a Assembleia dos Sábios, realizadas em fevereiro de 2016, confirmaram essa tendência e fortaleceram seu governo.

O Presidente Rouhani reelegeu-se com 57% dos votos, em maio de 2017, superando a oposição principalista-conservadora que, pela primeira vez nos últimos 20 anos, unificou suas diferentes facções, apoiando o clérigo Ebrahim Raisi, que contava com a simpatia do Líder Supremo. A seu favor, Rouhani ressaltou ter cumprido a promessa de concluir acordo nuclear com as grandes potências e reinserir o Irã no diálogo com a comunidade internacional.

O tema dos direitos humanos ocupou espaço considerável na campanha de reeleição do presidente Rouhani, que contou com expressivo apoio de mulheres, minorias étnicas e religiosas, intelectuais e artistas. Durante a campanha, Rouhani defendeu a ampliação de liberdades de imprensa e de expressão artística e cultural; as políticas para minorias étnicas e para o empoderamento de mulheres; e o fim de detenções por motivos políticos. Entre os principais avanços, citam-se a aprovação da Carta dos Direitos do Cidadão – concluída após anos de debate entre governo, acadêmicos e membros da sociedade civil – e da emenda à lei de combate ao narcotráfico, que restringiu a aplicação da pena de morte aos crimes mais graves.

A reeleição de Rouhani sinalizou importante apoio popular à sua agenda de engajamento com o resto do mundo, mesmo no contexto da política de isolamento do Irã, favorecida pela administração Trump e por aliados árabes dos EUA no Golfo, especialmente, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. A participação popular nas eleições de 2017 foi recorde desde a Revolução Islâmica de 1979 (41 milhões de eleitores, ou 73% do eleitorado).

O início de 2018 foi marcado pela realização de manifestações populares em várias cidades do Irã, que vocalizaram, em grande medida, a insatisfação de parte da sociedade com os reduzidos resultados socioeconômicos obtidos desde o início da implementação do acordo nuclear, em janeiro de 2016. Apesar do foco inicial em aspectos econômicos, os protestos multiplicaram-se e serviram de válvula de escape para ampla gama de frustrações e ressentimentos de grupos diversos, incluindo críticas aos fundamentos da República Islâmica. Novos protestos ocorreram no final de 2018 e 2019, desgastando o governo.

Originalmente pacíficos, os protestos tornaram-se violentos em 2019, tendo resultado em atos de vandalismo, com registro de mortes. A atuação das forças policiais foi decisiva para controlar as manifestações, que acabaram arrefecendo. O governo iraniano, que alega ter evidências da interferência externa de países rivais com vistas a incitar o caos, acusou grupos de oposição de explorar politicamente a frustração popular.

Os conservadores criaram novo agrupamento, chamado Conselho da Unidade, com a proposta de ser não apenas uma associação com finalidade eleitoral, mas de coordenação política da ala conservadora, com vistas ao estabelecimento de estratégias de longo prazo. Entre as figuras participantes

das reuniões em andamento, destacam-se Ebrahim Raisi, atual chefe do Poder Judiciário e suposto sucessor do Líder Supremo, derrotado em 2017; Mohammad Bagher Ghalibaf, ex-prefeito de Teerã, que renunciou à sua candidatura à presidência; Mohsen Rezaie, candidato à presidência por três vezes; e Saeed Jalili, ex-negociador do acordo nuclear iraniano. É possível que um deles seja o candidato à presidência, em 2021, pelo Conselho da Unidade. O grupo aposta que será fortalecido pelas dificuldades econômicas pelas quais vem passando a população, atribuídas às sanções norte-americanas.

Nas eleições para o Majlis, realizadas em fevereiro de 2020, grande parte dos candidatos reformistas tiveram suas candidaturas desqualificadas pelo Conselho de Guardiões, havendo, assim, ganho de capital político pelos conservadores.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa iraniana se caracteriza, desde 1979, pelos eixos i) da defesa da “revolução islâmica” e ii) da oposição à política externa dos EUA – que davam apoio ao xá e são ainda considerados fonte de “intervenção nefasta” nos assuntos médio-orientais –, bem como pelo forte antagonismo a Israel, cuja existência não reconhece. Nesse contexto, o Irã conta com o apoio e a simpatia de **comunidades xiitas em nações árabes vizinhas**, as quais também influencia de formas e extensão variadas, especialmente em países como Iraque, Síria, Líbano e Iêmen. O país persa busca consolidar-se, assim, como polo regional relevante e uma das referências de liderança do mundo islâmico. Para tanto, vê-se no direito de defender-se do que considera ações de interferência e isolamento ilegítimas impostas pelos EUA e seus aliados, utilizando-se de postura mais ou menos hostil, conforme suas ações externas sejam orientadas, respectivamente, ora pela Chancelaria ora pela Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC).

Os objetivos oficiais manifestos de política externa iraniana englobam, no **contexto regional**, (i) promover o fim de conflitos armados na região, a fim de preparar o terreno para (ii) maior cooperação entre os vizinhos, com vistas a assegurar (iii) a não interferência extrarregional na região do Golfo, em referência, principalmente, a tropas norte-americanas no Oriente Médio. Com os aliados de fora da região, o Irã procura construir base de apoio para evitar o isolamento político em âmbito multilateral.

O Irã é um país peculiar pela posição de transição que ocupa **entre o Oriente Médio e a Ásia Central**, pelo nacionalismo e cultura persas e por adotar oficialmente o xiismo, confissão minoritária no islã. Diversos países muçulmanos do Oriente Médio contam com comunidades xiitas, as quais frequentemente reconhecem no Irã seu líder natural, conformando o assim denominado **"arco xiita"**, ou seja, a zona de influência de Teerã no âmbito médio-oriental, que se opõe à expressiva maioria sunita no mundo islâmico. Essa situação está no cerne das disputas regionais.

Em linha com o tom moderado de seu governo, o presidente Hassan Rouhani defende uma política de aproximação e cooperação com os países médio-orientais. Contudo, a normalização das relações do Irã com a comunidade internacional foi acompanhada do recrudescimento das tensões com a **Arábia Saudita**, afetando também as relações com países árabes próximos a Riade (Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Egito, por exemplo).

Efetivamente, a rivalidade entre Irã e Arábia Saudita constitui dinâmica essencial para a compreensão do contexto regional. A Arábia Saudita teme a expansão da revolução islâmica na região, o que constituiria perigo para as monarquias árabes sunitas do Golfo. Um Irã fortalecido representaria, igualmente, ameaça às pretensões de liderança regional e sobre os países muçulmanos pela Arábia Saudita – aliada estratégica dos EUA no Oriente Médio e guardiã das duas Mesquitas Sagradas do islã.

A influência do Irã no **Líbano** se dá por meio de associações simpatizantes da República Islâmica, como o xiita Hezbollah. No contexto do **conflito israelense-palestino**, destacam-se ainda o Hamas e a Jihad Islâmica, que, juntamente com o Hezbollah, opõem-se ao Estado de Israel e são apoiados pelo Irã.

O Irã é considerado ator relevante para a solução do conflito na **Síria**, especialmente com a presença de forças no terreno e pela atuação das autoridades iranianas no "Processo de Astana" de apoio a negociações de paz, juntamente com a Rússia e a Turquia.

No cenário do conflito no **Iêmen**, em que é acusado de fornecer armas aos rebeldes houthis, o Irã defende uma negociação de paz entre os próprios iemenitas, acusando a Arábia Saudita de insuflar a guerra por meio de ações da coalização militar que lidera, em território iemenita. O Irã não reconhece o governo iemenita considerado legítimo pela comunidade internacional, cujo presidente, Abdo Raboo Mansour Hadi, encontra-se exilado em Riade. Teerã estabeleceu relações formais com representantes dos houhtis, que ocupam a capital iemenita Sanaa desde fins de 2014.

As relações do Irã com o **Iraque**, estremecidas com a sangrenta guerra que durou de 1980 a 1988, mudaram depois da queda de Saddam Hussein, em 2003. A intervenção norte-americana de 2003 do Iraque, país de maioria xiita, gerou caos do qual se aproveitaram milícias iraquianas próximas a Teerã. Essas mesmas milícias tiveram papel relevante no combate ao autointitulado "Estado Islâmico" no Iraque, e hoje representam, juntamente com políticos e clérigos xiitas iraquianos, importantes aliados do Irã. O Iraque é grande exportador de gás e tornou-se o principal destino das exportações iranianas em 2018 (superando a China), mas sofre pressões de Washington e de países do Golfo para reduzir laços com o vizinho persa. O Iraque também tem se destacado como principal palco da "guerra por procuração" entre Irã e EUA. O aumento de tensões entre aqueles dois países caminha paralelamente com ataques de milícias próximas a Teerã a tropas norte-americanas estacionadas no Iraque e culminou, em 3/1/20, com operação militar dos EUA que levou à morte, em Bagdá, do comandante da Guarda Revolucionária iraniana Qasem Suleimani.

A dinâmica das tensões entre Irã e **EUA** tem oscilado desde que Rouhani assumiu a presidência, em 2013, com marcado acirramento após a eleição de Donald Trump.

O governo Rouhani vinha buscando redinamizar seu relacionamento com a comunidade internacional com vistas a combater o isolamento internacional de seu país. Nesse contexto, foi assinado, em 2015, o "*Joint Comprehensive Plan of Action*" (**JCPoA**). Negociado entre o Irã e os países do P5+1+UE (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança – China, França, EUA, Reino Unido e Rússia –, mais a Alemanha e a União Europeia), o JCPoA foi endossado pela Resolução 2231 (2015), do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em síntese, o acordo prevê o levantamento das sanções impostas a Teerã, em troca do congelamento do programa nuclear do país persa, por períodos pré-estabelecidos, e verificado pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Em 8 de maio de 2018, o presidente Trump decidiu desvincular os EUA do JCPoA, no entendimento de que "o instrumento tem graves defeitos, que não permitem que sejam contornados os problemas criados pelo Irã". As preocupações dos EUA e de seus aliados referiam-se às "*sunset clauses*", que estabelecem o período de vigência do JCPoA e o fim das obrigações iranianas decorrentes do acordo; à ausência de disposições sobre as "atividades desestabilizadoras" do Irã na região; e à ausência de controle sobre o programa missilístico iraniano. Em 21 de maio daquele ano, o Secretário de Estado Mike Pompeo apresentou a nova estratégia do governo norte-americano para o Irã, que visa a coagir Teerã por meio de "pressão financeira sem precedentes"/"pressão máxima". Desde então, Washington vem

impondo diversas sanções econômicas ao Irã, tendo por alvo tanto indivíduos quanto governos e empresas que mantenham relações financeiras ou comercializem petróleo iraniano.

Desde maio de 2019, um ano após a retirada dos EUA do JCPOA, o Irã passou a anunciar a **redução gradual de seus compromissos nucleares** em intervalos de 60 dias. As tensões entre EUA e Irã recrudesceram após a decisão norte-americana de revogar os “*waivers*” para grandes importadores de petróleo iraniano. No segundo semestre de 2019, sucedeu-se uma série de ataques envolvendo navios petroleiros e oleodutos na região do Golfo. Em 3/1/20, o governo norte-americano conduziu operação militar, por meio de drone, que causou a morte do líder da Guarda Revolucionária Iraniana, Qasem Soleimani, em Bagdá. Soleimani foi, durante 22 anos, comandante da Força Quds, braço da Guarda de atuação externa, e um dos responsáveis pela construção do “eixo xiita” no Oriente Médio.

Após esse eventos e a derrubada, acidental, do avião da Ukraine International Airlines, em Teerã, em 8/1/20, vigorou uma “trégua militar informal” entre as partes.

Também em janeiro de 2020 o Irã anunciou a última fase do processo de redução de seus compromissos com base no JCPOA, pondo fim, desse modo, à última restrição operacional iraniana decorrente do acordo. O governo iraniano reafirmou, no entanto, a manutenção da cooperação com a AIEA e indicou que a suspensão dos compromissos com o acordo seria reversível, desde que os compromissos de suas contrapartes fossem cumpridos.

Em resposta à última suspensão de compromissos do JCPOA pelo Irã, o E3 (Alemanha, França e Reino Unido) acionou o mecanismo de solução de controvérsias, previsto no artigo 36 do acordo. Em abril de 2020, no contexto da pandemia do coronavírus, o Alto Representante da EU suspendeu a ativação do mecanismo na esperança de que novas negociações permitam encontrar uma solução acordada, em vez de submeter a controvérsia ao Conselho de Segurança, o que poderia ocasionar o retorno das sanções multilaterais sobre o Irã.

A intensificação das sanções econômicas norte-americanas contra o Irã, expandidas mesmo no contexto da epidemia de coronavírus, tem estimulado países contrários à sua aplicação a buscar formas de superá-las. A iniciativa mais substantiva no sentido da manutenção da “barganha básica” do acordo (reinserção internacional do Irã, em troca de restrições ao programa nuclear) foi a criação pela União Europeia, em 31/1/19, do “*Instrument in Support of Trade Exchanges*” (INSTEX). O INSTEX prevê linha de crédito no valor de 15 bilhões de euros para financiar importações iranianas de produtos europeus, como máquinas, farmacêuticos, químicos, alimentos, equipamentos médico-hospitalares e veículos (carros, caminhões e ônibus). Além da articulação europeia, China e Rússia têm assumido posição mais frontalmente contrária às sanções norte-americanas.

Em março de 2020 – após mais de um ano do lançamento da iniciativa – França, Alemanha e Reino Unido começaram a utilizar o INSTEX para a venda de medicamentos ao Irã. Em 6/4/20, o Presidente Rouhani afirmou que a inauguração do mecanismo era positiva, mas ainda insuficiente, por incluir apenas alimentos e produtos médicos. Para o mandatário iraniano, o mecanismo deve atender a todas as necessidades do país, que incluem produtos atualmente sancionados.

Desde a saída dos EUA do JCPOA, o Irã passou a empreender uma ofensiva diplomática capitaneada pelo chanceler Javad Zarif, que procurou visitar ou enviar representantes a todos os potenciais aliados do país. Como decorrência da tentativa de isolamento imposta pelos EUA, observou-se intensificação das relações do Irã com Rússia e China, países integrantes do JCPOA, além da Turquia, também sancionada por Washington e com quem o Irã coopera no âmbito do dossiê sírio.

A **China** representa uma relação estratégica para Teerã. No início de 2016, a chegada a Teerã de trem partindo da China marcou a consolidação da Nova Rota da Seda (“*Belt and Road Initiative*”) em

território iraniano. Teerã busca, por conseguinte, compartilhar o espaço econômico da Ásia Central com a China, de cujos projetos de infraestrutura e integração regional tende a beneficiar-se, em vista de seu interesse estratégico de retomar a posição histórica de ponto de conexão entre o Oriente e o Ocidente e de minimizar sua dependência econômica. Pleiteia, nesse sentido, ingresso como membro pleno na Organização para a Cooperação de Xangai – OCX (atualmente, é país observador). O governo chinês expressou seu apoio ao pleito do Irã. As relações com a China possuem dinâmica própria e ocupam espaço privilegiado na agenda iraniana, seja pelo volume das relações comerciais seja pelo apoio prestado pelo lado chinês no que se refere ao dossiê nuclear iraniano.

Com a **Rússia** há diálogos frequentes relacionados a temas de segurança no Oriente Médio (em especial, no âmbito do "Processo de Astana" para a busca de solução para o conflito na Síria), além de recente reforço dos laços comerciais, em que se destacam bens agrícolas, material de defesa e manufaturas vinculadas ao setor de energia, especialmente gás natural e energia nuclear.

Outro eixo fundamental da política exterior iraniana são as relações com a **Índia**. O relacionamento com Nova Delhi tem sido tratado como prioritário por Teerã, como testemunham os investimentos indianos no projeto do porto de Chabahar, que poderá se converter no principal ponto de entrada indiano no Oriente Médio. Em 2018, o presidente Rouhani realizou visita oficial à Índia, a primeira visita de Estado de um presidente iraniano nos últimos 10 anos. Diante das pressões norte-americanas pela interrupção das compras de petróleo iraniano, a Índia vem argumentando que muitas de suas refinarias foram construídas para trabalhar especificamente com o produto persa, e que um rompimento completo seria deletério ao país.

Mesmo com a crescente aproximação a Nova Delhi, o Irã não descura das relações com o **Paquistão**, cuja independência foi o primeiro país a reconhecer, em 1947. Teerã e Islamabad mantêm importante projeto conjunto de integração energética, que prevê a construção de gasoduto para transporte de gás iraniano ao mercado paquistanês. Em 2016, o presidente Rouhani realizou a primeira visita de um presidente iraniano ao Paquistão em mais de uma década, acompanhado de robusta delegação empresarial. A despeito de recentes ações de terroristas paquistaneses contra forças iranianas na região de fronteira, o relacionamento é valorizado pelos dois lados.

O Irã desempenha papel importante no **Afeganistão**, com o qual compartilha história, língua e cultura. A parte iraniana tem participado ativamente da reconstrução daquele país. Ademais, o comércio bilateral e os investimentos iranianos no Afeganistão, em áreas como infraestrutura, agricultura e saúde, aumentaram consideravelmente desde o fim do regime talibã. O Irã abriga, ademais, numerosa comunidade de afegãos (entre refugiados e migrantes), de cerca de 4,5 milhões de pessoas. Cabe destacar ainda o projeto do porto de Chabahar, estabelecido por meio de acordo tripartite de transporte e trânsito entre Afeganistão, Irã e Índia, a fim de garantir acesso ao mar aos afegãos, por intermédio da referida instalação portuária.

O Irã é membro das **Nações Unidas** e está presente em todas suas agências especializadas. O país alberga quase um milhão de refugiados (4º maior acolhedor, segundo dados do ACNUR), além de cerca de dois milhões de indocumentados. Essa população é composta quase integralmente por afegãos e, secundariamente, por iraquianos (trinta mil). A política de refugiados adotada pelo governo iraniano é frequentemente elogiada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

ECONOMIA

A economia iraniana é uma das maiores do Oriente Médio, a 27^a do mundo em termos de PIB nominal (US\$ 458,5 bilhões), e a 18^a em PPP (US\$ 1,47 trilhão). A economia iraniana se baseia, em grande parte, na exportação de produtos da indústria petrolífera, que se encontra atualmente fragilizada devido às sanções unilaterais norte-americanas contra o país. As principais exportações do Irã são petróleo bruto, polímeros de etileno, álcoois acíclicos, petróleo refinado e minério de ferro. Suas principais importações são carros, peças de veículos, milho, arroz e equipamentos de transmissão. Os principais destinos de exportação do Irã são China, Índia, Coréia do Sul, Itália e Japão. As principais origens de importação são China, Coréia do Sul, Alemanha, Turquia e Índia.

O Irã conta com grandes reservas de petróleo, gás e minério, e possui indústria relativamente diversificada, população jovem e qualificada, agricultura competitiva e sistema de ciência, tecnologia e inovação razoavelmente estruturado.

No auge das sanções internacionais contra o Irã (2012-2015), o país sofreu considerável impacto econômico, resultando em recuo significativo das exportações. No tocante ao setor de petróleo e gás, as exportações iranianas reduziram-se, até o levantamento das sanções em 2015, a patamar inferior a 1 milhão de *bpd* (barris por dia), o que representou perdas diretas da ordem de US\$ 160 bilhões. As limitações dessas receitas, bem como o bloqueio a investimentos estrangeiros, resultaram em um custo indireto de US\$ 500 bilhões (valor que, segundo estimativas, seria necessário para recompor o parque industrial e logístico local).

O sistema financeiro iraniano sofreu sérios desequilíbrios decorrentes das restrições internacionais. Registrhou-se recrudescimento da inflação e crise de liquidez, devido ao congelamento de recursos externos e à corrida por imobilização do capital doméstico. No plano microeconômico, houve acentuada desarticulação, marcada pela multiplicação desordenada de atores financeiros, inobservância de regras regulatórias, falta de transparência de operações financeiras e endividamento excessivo.

Com a implementação do JCPOA, o governo iraniano esperava que o levantamento das sanções conferisse à economia iraniana impulso considerável, por conta de três fatores: (i) significativa redução dos custos de transação de comércio internacional com o Irã (segundo estimativas, durante as sanções, a triangulação de operações comerciais e financeiras com terceiros países representava custos adicionais de pelo menos 10% por operação realizada); (ii) aumento da produção e retomada das exportações de petróleo e gás (especialmente para o mercado europeu, a Ásia e a Oceania); e (iii) descongelamento de ativos financeiros iranianos no exterior, que oscilariam em torno de US\$ 100 bilhões, pertencentes ao setor privado e, em menor monta, ao governo local e entidades estatais.

Nos dois primeiros anos de implementação do acordo (2016-2017), a inflação declinou para um dígito e houve estabilização do mercado cambial no mesmo período. Contudo, as dificuldades bancário-financeiras limitaram a balança comercial, os fluxos de investimentos e o acesso a reservas internacionais, especialmente em decorrência da fragilidade do sistema bancário doméstico iraniano e o receio de bancos internacionais em reestabelecer relações com o país. Nesse mesmo período, a retomada de exportações petrolíferas ocorreu em ritmo acelerado, em especial, devido ao restabelecimento do comércio com a Europa (que absorvia 42% das vendas, antes das sanções).

Em maio de 2018, o presidente Donald Trump anunciou a retirada dos EUA do JCPOA e posterior reimposição das sanções anteriores ao acordo de 2015 contra o Irã. A aplicação dessas sanções ocorreu a partir de 7 de agosto de 2018 e consistiu na proibição do Irã de comprar dólares e metais preciosos, proibição de importar tapetes e alimentos produzidos no Irã, além de afetar negócios com aço, carvão e alumínio. A segunda fase das sanções teve como alvo o setor petrolífero, a indústria naval e o Banco Central do Irã. O gradual incremento das sanções continua ocorrendo periodicamente.

Em outubro de 2019, os EUA e os outros seis países que compõem o Centro contra o Financiamento ao Terrorismo – TFTC (Bahrein, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e EAU) impuseram novas sanções a 25 empresas, bancos e pessoas ligadas ao Irã, especialmente a entidades que apoiam a Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC), o Hezbollah e a Força de Resistência Basij (Basij), força paramilitar subordinada à IRGC.

Em junho de 2018, a Comissão Europeia aprovou mudanças em normativas comunitárias, destinadas a contrarrestar as sanções impostas pelos EUA. As medidas dizem respeito, em primeiro lugar, ao "Mandato de Investimento Externo" do Banco Europeu de Investimentos (BEI), de modo a permitir que projetos no Irã sejam financiados por aquela instituição. Em segundo lugar, foi emendado o "Estatuto de Bloqueio", norma comunitária que oferece instrumentos para coibir a implementação, em território europeu, das sanções estadunidenses, bem como para compensar empresas e indivíduos que sejam prejudicados pelas medidas dos EUA.

A despeito da medida, firmas europeias estão se retirando do Irã. Rússia, China e Índia, por outro lado, teriam a intenção de preencher os espaços que podem vir a ser abertos pela saída de empresas ocidentais. Em janeiro de 2019, França, Alemanha e Reino Unido anunciaram a criação do *"Instrument in Support of Trade Exchanges"* (INSTEX), sediado em Paris e destinado a oferecer canal legítimo para comércio com o Irã. Em março de 2020, os três países europeus começaram a utilizar o INSTEX para a venda de medicamentos ao Irã.

Apesar do apoio de vários países ao JCPOA, o Irã sente fortemente os impactos das sanções econômicas norte-americanas. Houve queda nas exportações de petróleo para Coréia do Sul, Índia, China e países europeus, além da limitação do acesso a produtos importados. Paralelamente, houve um aumento da inflação, reduzindo o poder de compra do cidadão iraniano, ao que se soma a desvalorização da moeda nacional. O PIB do país contraiu 3,61% em 2019.

A política norte-americana de "pressão máxima" afetou setores estratégicos da economia iraniana. A inflação chegou a superar os 40% no início de 2020. A indústria é apontada como o principal setor afetado em 2019, com redução de 19,8%, seguida do setor de serviços (-0,2%), que responde por mais de 50% do PIB iraniano (56% em 2018). Apesar disso, o governo iraniano tem mantido superávit na sua balança comercial. As exportações de petróleo, que costumam ser contabilizadas de maneira separada, não têm sido divulgadas desde a entrada em vigor de sanções contra a venda do produto.

As sanções também impactaram a capacidade de investimento do país, não apenas pela redução das receitas governamentais, mas, igualmente, pela saída de investidores internacionais e pela diminuição de alternativas de financiamento. A taxa de câmbio foi um dos principais índices da economia iraniana afetados pela política de pressão. O Banco Mundial prevê estagnação do PIB iraniano nos próximos anos.

O Irã apresentou sua candidatura a membro integral da Organização Mundial do Comércio em 1996, tendo sido aceito como membro observador em 2005. O processo de adesão à OMC, ora em curso, tem esbarrado em resistências de alguns membros do organismo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

625 a.C.	Os Medos unificaram a Pérsia.
550 a.C.	O Império Aquemênida é fundado por Ciro.
331 a.C.	Alexandre, o Grande, conquista a Pérsia.
224	Início do Império Sassânida, considerada a “era de ouro” dos persas e o último império antes da propagação do Islã na Pérsia.
De 641 a 651	Conquista da Pérsia por árabes muçulmanos.
1219	O Império Mongol conquista a Pérsia.
1501	A Pérsia é reunificada por Ismail I, dando início à dinastia Safávida. Ismail I adota o título de Xá e estabelece o Islã xiita como a religião oficial de seu império.
1796	Estabelecimento da dinastia Qajar.
De 1905 a 1911	Revolução Constitucional. Estabelecimento do parlamento (Majlis) e elaboração de Constituição (1906).
1908	Descoberta de petróleo na Pérsia e criação da Anglo-Persian Oil Company (AIOC), em 1909.
1925	Início da dinastia Pahlavi (1925-1979), através da ascensão do general Reza Pahlavi ao trono. O novo líder muda o nome do país para Irã (“terra dos arianos”).
1941	Reza Pahlavi é forçado a abdicar em favor de seu filho, Mohammad Reza Pahlavi (“o último xá”).
1951	Mohammad Mosaddegh se torna primeiro-ministro. Nacionalização da indústria do petróleo.
1953	Mohammad Mosaddegh é derrubado em um golpe de estado orquestrado pelos serviços de inteligência britânico (MI6) e norte-americano (CIA). Fazlollah Zahedi é proclamado primeiro-ministro.
1963	Revolução Branca

1979	Revolução Islâmica. Aiatolá Ruhollah Khomeini retorna a Teerã, após 14 anos no exílio. É o fim da monarquia no Irã, que dá lugar à República Islâmica. O xá Mohammad Reza Pahlavi foge para os EUA.
1980-88	Guerra Irã – Iraque
1989	Aiatolá Ruhollah Khomeini falece. Aiatolá Ali Khamenei se torna Líder Supremo do Irã.
2013	O clérigo moderado Hassan Rouhani é eleito presidente.
2015	Assinatura do "Joint Comprehensive Plan of Action" (JCPOA) entre Irã e o Grupo P5 + 1 + UE (EUA, Reino Unido, França, Rússia e China, mais a Alemanha e União Europeia), sobre o programa nuclear iraniano. Suspensão das sanções econômicas contra o Irã.
2017	Reeleição do presidente Hassan Rouhani.
2018	Os EUA, sob o governo de Donald Trump, retiraram-se do JCPOA e impõem um sistema rigoroso de sanções unilaterais contra o Irã.
2019-20	Irã reduz gradualmente seus compromissos nucleares previstos no JCPOA.
2020	Operação militar dos EUA resulta na morte, em Bagdá, do comandante da Força Quds, da Guarda Revolucionária Islâmica iraniana, Qasem Soleimani, em 3 de janeiro. Primeiras transações comerciais através do INSTEX, em março.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1903	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Irã.
1965	Visita do Xá Reza Pahlavi ao Brasil.
1991	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek.
1994	Visita do chanceler iraniano Ali Akbar Velayati a Brasília e São Paulo.
2005	Visita oficial do Embaixador Said Jalili ao Brasil, como enviado do Presidente Ahmadinejad.
2006	Visita ao Brasil do Presidente do Parlamento iraniano, Gholam Ali Haddad-Adel.
2008	Realização da VI Reunião de Consultas Políticas em Brasília. Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (1 a 3 de novembro).
2009	Visita ao Brasil do Ministro dos Assuntos Cooperativos do Irã, Mohammad Abbassi (9 de janeiro). Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, Manouchehr Mottaki (25 e 26 de março). Visita ao Brasil do Presidente Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil (23 de novembro).
2010	Visita ao Irã do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; assinatura da Declaração de Teerã (15 de maio).
2012	Participação do Presidente Ahmadinejad na Conferência Rio+20 (20 a 22 de junho).
2013	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, para assistir a cerimônia de posse do Presidente Hassan Rouhani (agosto).
2014	Visita ao Brasil do Presidente do Conselho Estratégico de Relações Exteriores do Irã, Seyed Kamal Kharrazi.
2015	Visita ao Irã do Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (13 e 14 de setembro). Visita ao Irã do Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro (25 e 26 de outubro).

2016	<p>Realizada a IX Reunião de Consultas Políticas, em Teerã (11 de abril).</p> <p>Visita a Brasília do presidente do Alto Conselho de Direitos Humanos do Irã, Mohammad Larijani (outubro).</p> <p>Reunião da Comissão Econômico-Comercial Bilateral, em Brasília, co-presidida pelo ministro da Economia iraniano, Ali Taieb Nia (novembro).</p>
2018	Visita a Brasília do Ministro dos Negócios Estrangeiros Mohammad Javad Zarif (10 de abril).

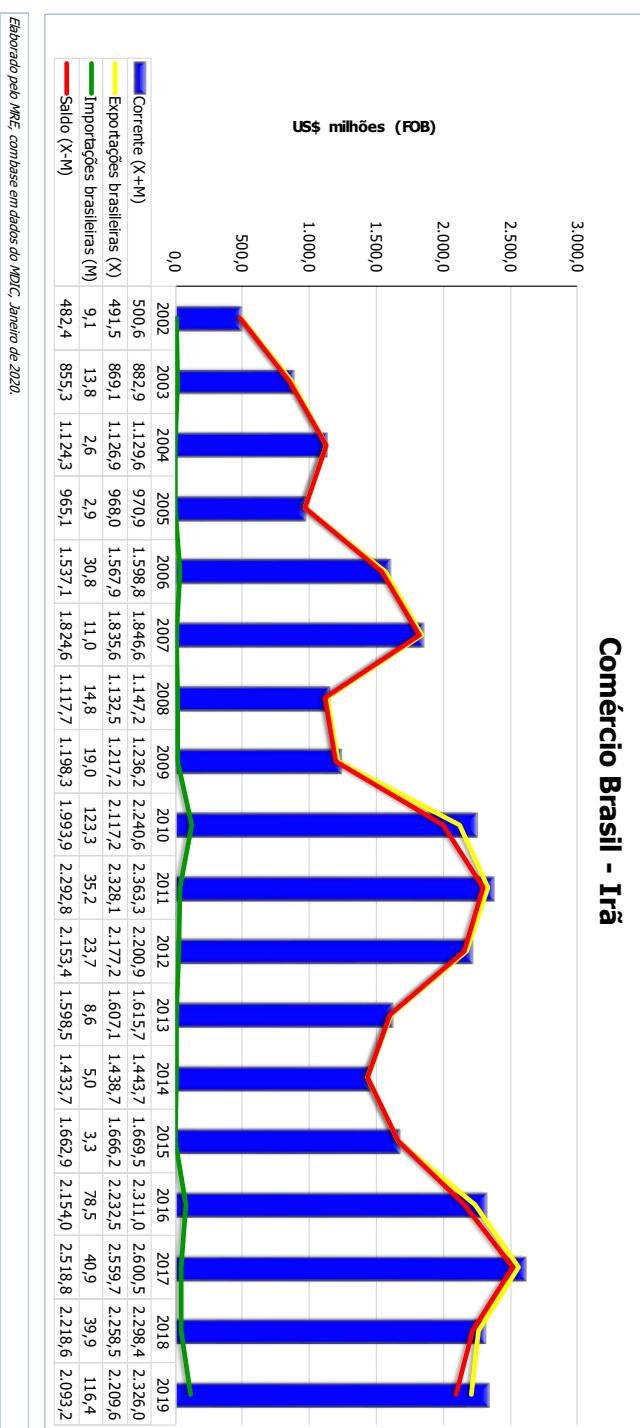
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Tratado de Amizade e Comércio	16/6/1903	Expirado	
Acordo Cultural	16/6/1957	28/11/1962	17/1/1963
Acordo que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Econômica	21/11/1975	21/11/1975	3/12/1975
Acordo Comercial	22/6/1977	Superado	
Memorando de Entendimento para a Criação de uma Comissão Mista de Nível Ministerial	26/9/1988	26/9/1988	5/10/1988
Acordo, por Troca de Notas, para Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço	25/6/1991	10/7/1991 (Denunciado em 13/5/1997)	2/7/1991
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	23/11/2009	28/10/2015	19/10/2015
Programa Executivo do Acordo Cultural para os anos 2009-2012	23/11/2009	23/11/2009 (Expirado)	30/11/2009
Memorando de Entendimento para Cooperação em Geologia, Mineração e Indústrias de Transformação Mineral	16/5/2010	16/5/2010 (Expirado)	20/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente	17/5/2010	17/5/2010	1/12/2010
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva	17/5/2010	17/5/2010	6/12/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola	17/5/2010	17/5/2010	6/12/2010

Memorando de Entendimento na Área de Turismo	26/7/2010	26/7/2010	15/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimento	18/11/2016	18/11/2016	1/12/2016
Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/4/2018		
Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	10/4/2018		
Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil	10/4/2018		
Tratado de Extradição	10/04/2018		
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Escola Internacional de Relações Exteriores da República Islâmica do Irã sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	10/4/2018	10/4/2018	20/4/2018
Memorando de Entendimento para oferta de facilidades financeiras	2/10/2018		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Tratado de Amizade e Comércio	16/6/1903	Expirado	
Acordo Cultural	16/6/1957	Em vigor	17/1/1963
Comunicado Final entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo Imperial do Irã	16/6/1965	Em vigor	16/6/1965
Acordo que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Econômica	21/11/1975	Em vigor	3/12/1975
Acordo Comercial	22/6/1977	Superado	
Memorando de Entendimento para a Criação de uma Comissão Mista de Nível Ministerial	26/9/1988	Em vigor	5/10/1988
Acordo, por Troca de Notas, para Dispensa de Vistos em	25/6/1991	Denunciado (13/5/1997)	2/7/1991

Passaportes Diplomáticos e de Serviço			
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos	23/11/2009	Em vigor	19/10/2015
Programa Executivo do Acordo Cultural para os anos 2009-2012	23/11/2009	Em vigor	30/11/2009
Memorando de Entendimento para Cooperação em Geologia, Mineração e Indústrias de Transformação Mineral	16/5/2010	Expirado (16/5/2015)	20/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente	17/5/2010	Em vigor	1/12/2010
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva	17/5/2010	Em vigor	6/12/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Agrícola	17/5/2010	Em vigor	6/12/2010
Memorando de Entendimento na Área de Turismo	26/7/2010	Em vigor	15/10/2010
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimento	18/11/2016	Em vigor	1/12/2016
Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/4/2018	Tramitação MRE	
Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	10/4/2018	Tramitação MRE	
Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil	10/4/2018	Tramitação MRE	
Tratado de Extradicação	10/04/2018	Tramitação Ministérios/Casa Civil	
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Escola Internacional de Relações Exteriores da República Islâmica do Irã sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	10/4/2018	Em Vigor	20/4/2018
Memorando de Entendimento para oferta de facilidades financeiras	2/10/2018	Tramitação MRE	

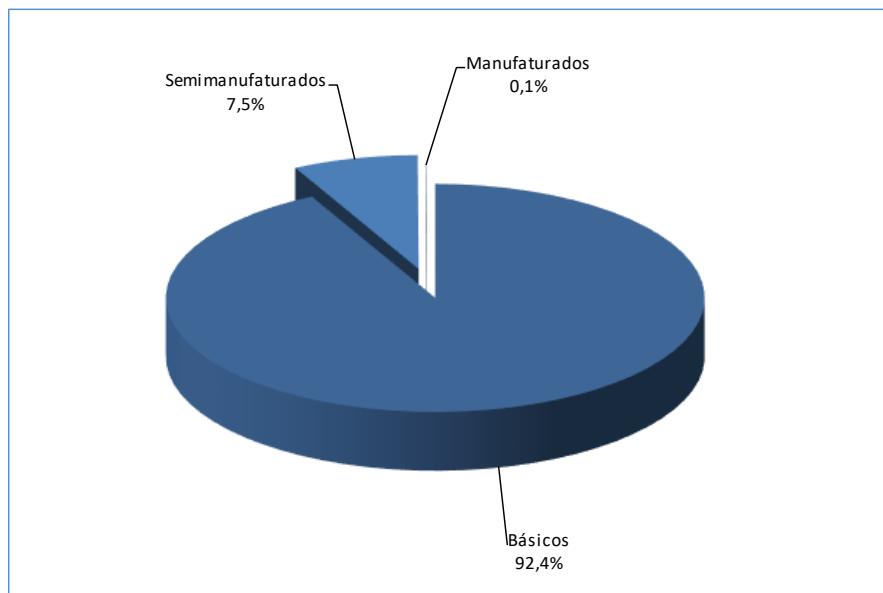
INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS



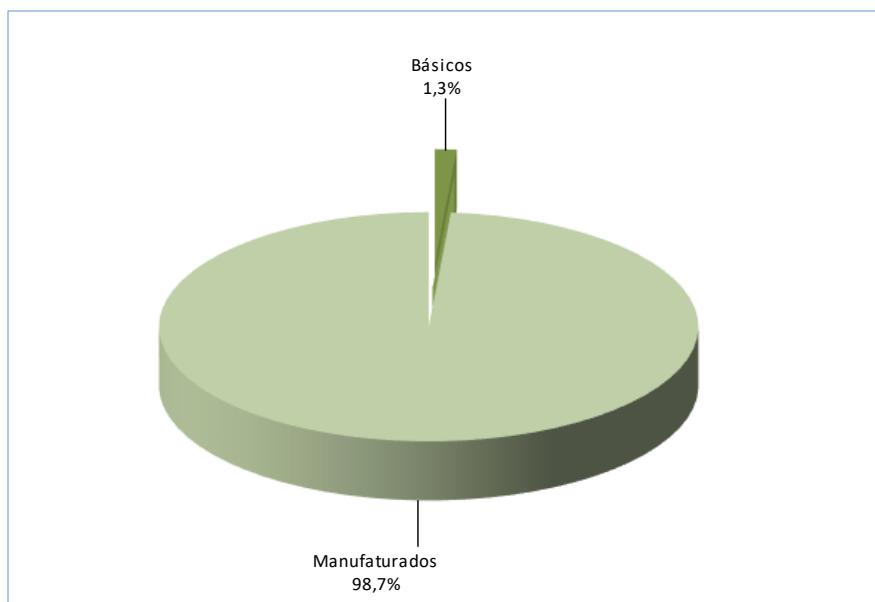
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, janeiro de 2020.

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019**

Exportações



Importações



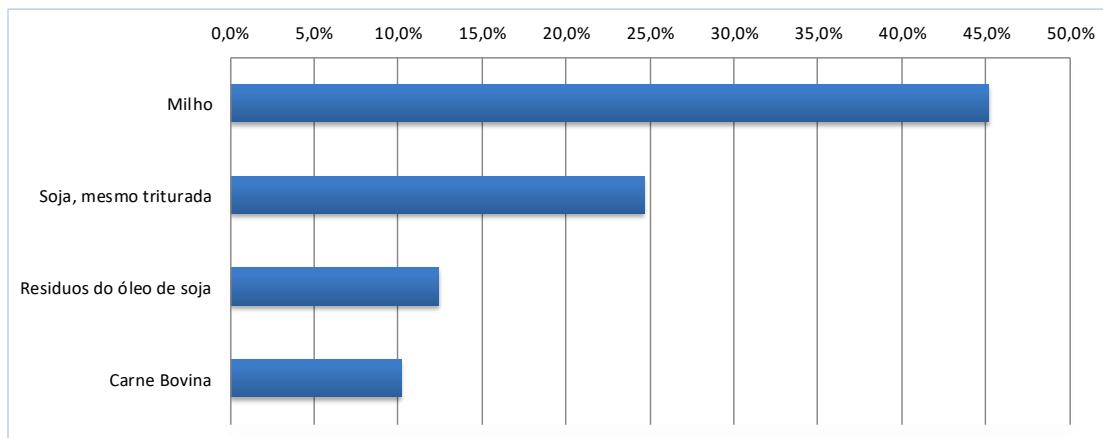
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020.

Composição das exportações brasileiras para o Irã
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Milho	782,6	30,6%	1.096,1	48,5%	998,2	45,2%
Soja, mesmo triturada	469,1	18,3%	511,3	22,6%	545,0	24,7%
Resíduos do óleo de soja	134,0	5,2%	198,4	8,8%	273,4	12,4%
Carne Bovina	559,7	21,9%	318,5	14,1%	224,2	10,1%
Subtotal	1.945,4	76,0%	2.124,2	94,1%	2.040,8	92,4%
Outros	614,2	24,0%	134,3	5,9%	168,8	7,6%
Total	2.559,7	100,0%	2.258,5	100,0%	2.209,6	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

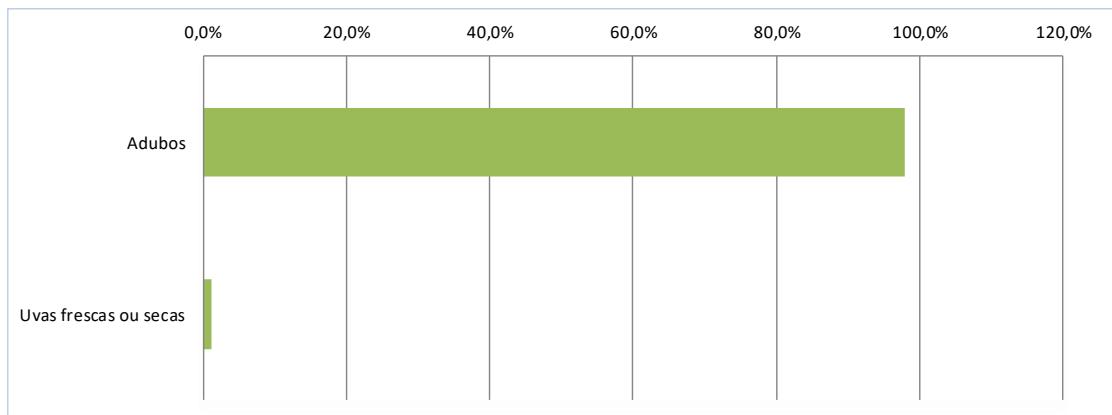


Composição das importações brasileiras originárias do Irã
US\$ milhões

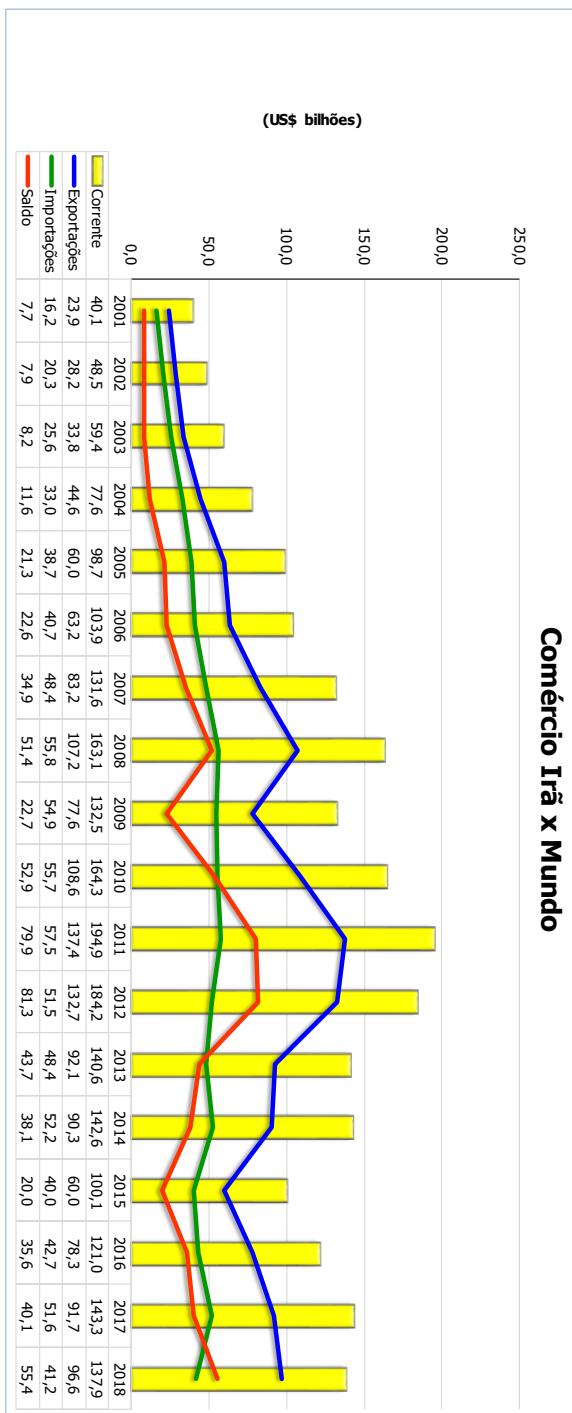
Grupos de produtos (SH4)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adubos	21,7	53,0%	0,0	0,0%	113,9	97,8%
Uvas frescas ou secas	2,0	4,8%	0,8	2,0%	1,4	1,2%
Subtotal	23,6	57,8%	0,8	2,0%	115,3	99,0%
Outros	17,2	42,2%	39,1	98,0%	1,1	1,0%
Total	40,9	100,0%	39,9	100,0%	116,4	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Janeiro de 2020

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



Comércio Irã x Mundo



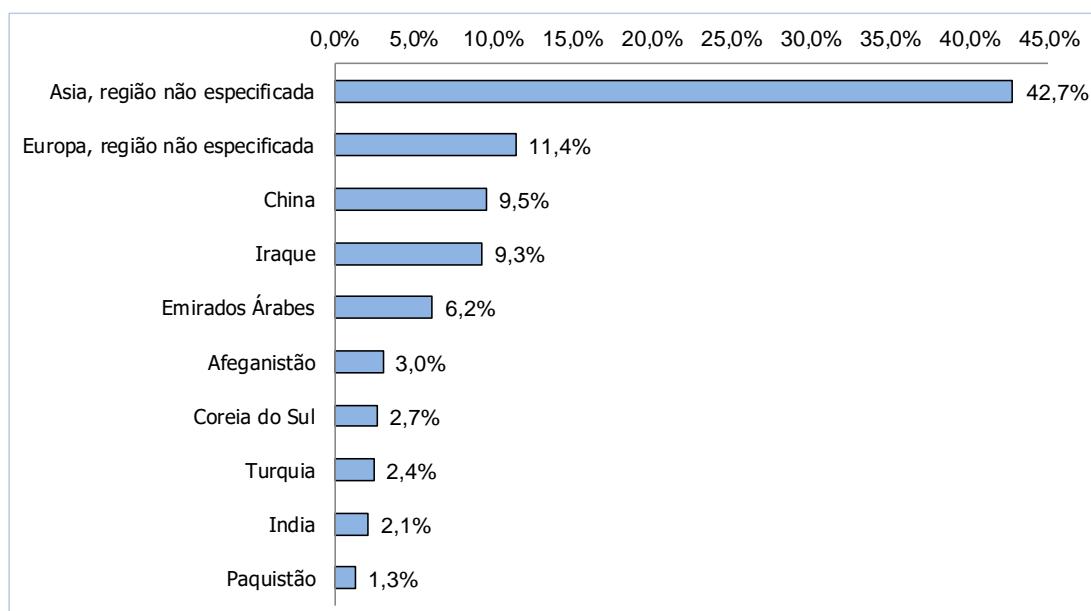
Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, Janeiro de 2020.

Principais destinos das exportações do Irã
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Asia, região não especificada	41,30	42,7%
Europa, região não especificada	11,01	11,4%
China	9,22	9,5%
Iraque	8,96	9,3%
Emirados Árabes	5,95	6,2%
Afeganistão	2,93	3,0%
Coreia do Sul	2,57	2,7%
Turquia	2,37	2,4%
India	2,05	2,1%
Paquistão	1,25	1,3%
...		
Brasil (67º lugar)	0,02	0,0%
Subtotal	87,61	90,7%
Outros países	9,01	9,3%
Total	96,62	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Janeiro de 2020.

10 principais destinos das exportações

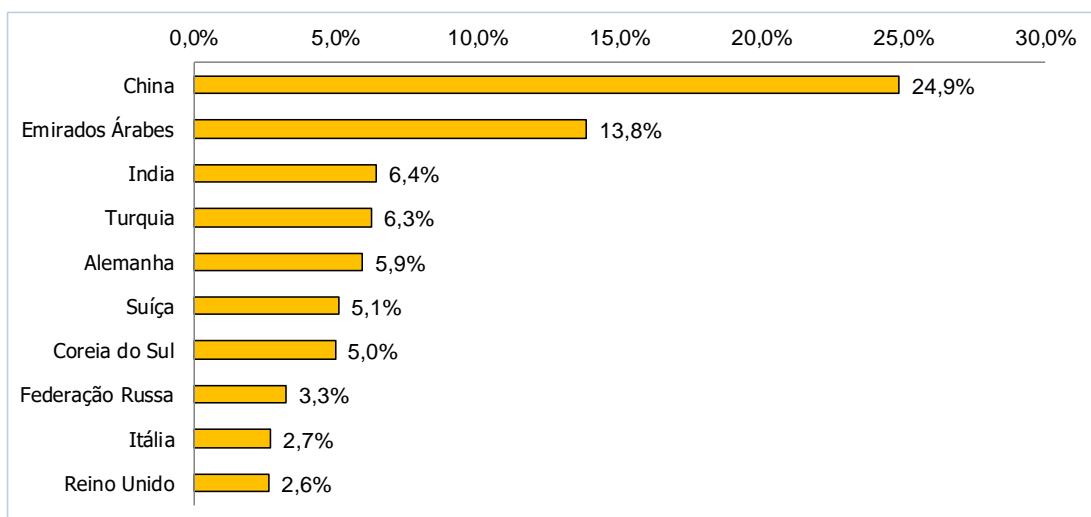


Principais origens das importações do Irã
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
China	10,25	24,9%
Emirados Árabes	5,71	13,8%
India	2,65	6,4%
Turquia	2,58	6,3%
Alemanha	2,45	5,9%
Suíça	2,10	5,1%
Coreia do Sul	2,05	5,0%
Federação Russa	1,34	3,3%
Itália	1,11	2,7%
Reino Unido	1,09	2,6%
...		
Brasil (15º lugar)	0,49	1,2%
Subtotal	31,82	77,2%
Outros países	9,41	22,8%
Total	41,24	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Janeiro de 2020.

10 principais origens das importações

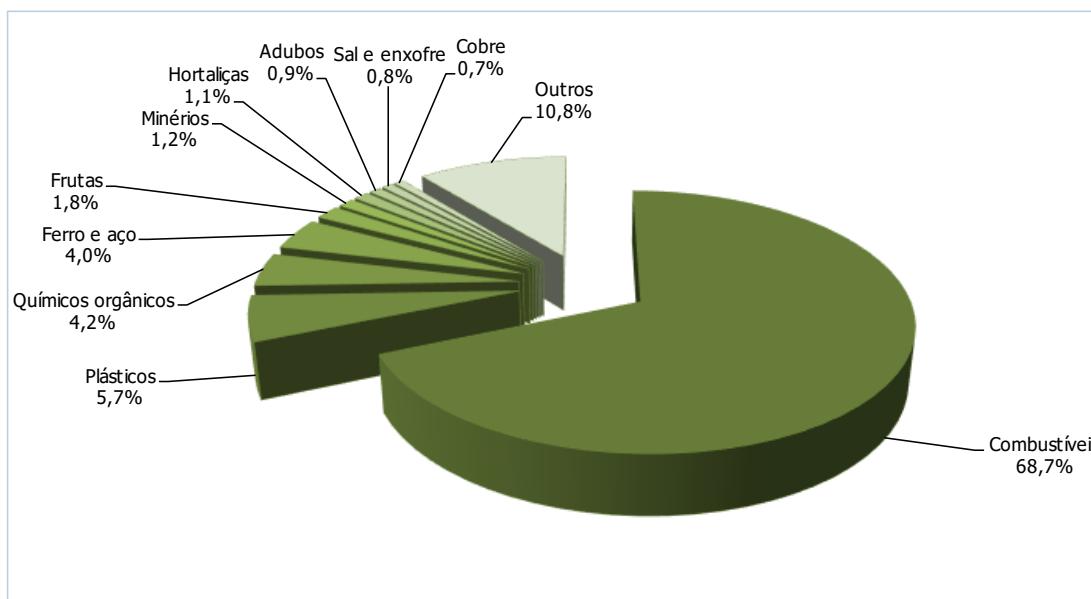


Composição das exportações do Irã
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	66,37	68,7%
Plásticos	5,55	5,7%
Químicos orgânicos	4,11	4,2%
Ferro e aço	3,91	4,0%
Frutas	1,72	1,8%
Minérios	1,14	1,2%
Hortaliças	1,07	1,1%
Adubos	0,84	0,9%
Sal e enxofre	0,79	0,8%
Cobre	0,70	0,7%
Subtotal	86,19	89,2%
Outros	10,43	10,8%
Total	96,62	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Janeiro de 2020.

10 principais grupos de produtos exportados

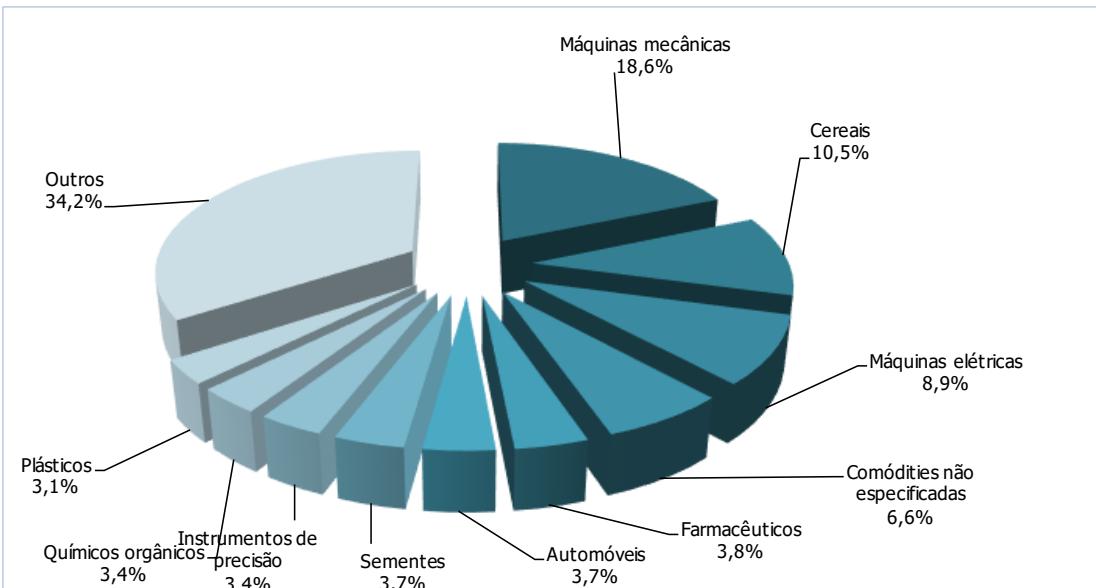


Composição das importações do Irã US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Máquinas mecânicas	7,69	18,6%
Cereais	4,35	10,5%
Máquinas elétricas	3,66	8,9%
Comódities não especificadas	2,73	6,6%
Farmacêuticos	1,58	3,8%
Automóveis	1,53	3,7%
Sementes	1,51	3,7%
Instrumentos de precisão	1,41	3,4%
Químicos orgânicos	1,39	3,4%
Plásticos	1,28	3,1%
Subtotal	27,12	65,8%
Outros	14,12	34,2%
Total	41,24	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Janeiro de 2020.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Irã

Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	-3,61%	1,06%	1,58%	2,31%
PIB nominal (US\$ bilhões)	333,60	340,98	352,95	367,68
PIB nominal "per capita" (US\$)	4.006	4.052	4.153	4.285
PIB PPP (US\$ bilhões)	4.627,14	4.675,75	1.733,97	1.807,03
PIB PPP "per capita" (US\$)	19.541	19.914	20.401	21.059
População (milhões habitantes)	83,27	84,15	85,00	85,81
Desemprego (%)	14,28%	14,85%	15,57%	15,92%
Inflação (%) ⁽²⁾	27,68%	20,00%	15,00%	12,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	0,26%	-1,10%	-0,93%	-0,98%
Dívida externa (US\$ bilhões)	4,60	4,80	5,40	6,00
Câmbio (IR / US\$) ⁽²⁾	59,58	62,78	64,51	67,61
Origem do PIB (2017 Estimativa)				
Agricultura		9,6%		
Indústria		35,3%		
Serviços		55,0%		

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.

